LEI Nº 2.293, DE 11 DE JANEIRO DE 1988

**MODIFICA A REDAÇÃO DO “CAPUT” DO ART. 87, DA
LEI Nº 1942, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983, E REVOGA
O SEU PARÁGRAFO ÚNICO.**

O povo de Divinópolis, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 87 da Lei 1942, de 21 (vinte e um) de dezembro de 1983, passa a vigorar com esta redação:

“ a taxa de licença para localização e funcionamento independente de lançamento e é devida à razão de 2 (duas) UPFMD vigente à época de pagamento por estabelecimento, matriz e filiais de cada organização ou firma que vier a se estabelecer no município.”

§ 1º Vetado

§ 2º “ As empresas ou firmas consideradas como microempresas na área municipal (ISSQN) ficarão isentos no pagamento da taxa”.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 87, da lei 1942, de 21 de dezembro de 1983.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de 1º de janeiro de 1988, revogadas as disposições em contrario, observado e respeitado o disposto na alínea “b”, do inciso I, do artigo 6º, da lei municipal de número 2069, de 04 de julho de 1985.

Divinópolis, 20 de abril de 1988.

Aristides Salgado dos Santos
Prefeito municipal

Razões do veto:

A lei número 2293 recebeu da parte do Poder Executivo, veto parcial, com exclusão do parágrafo primeiro do artigo primeiro, considerado inconstitucional e contrario ao interesse publico local, medida ratificada pela Câmara Municipal, por decisão tomada em reunião extraordinária no dia 11 (onze) de abril de 1988 e comunicada ao Executivo pelo ofício de referencia CM/082/88/CE.

Mencionava o parágrafo em apreço que as empresas ou firmas consideradas como microempresas nas áreas do Estado e Federal pagarão 50% (cinquenta por cento) da UPFMD, por estabelecimento.

01 - Com efeito, dita inclusão contraria norma constitucional prevista na Carta Magna, em seu artigo 57, nestes termos: É de competência exclusiva do presidente da Republica a iniciativa das leis que:
I - disponham sobre matéria financeira .

Da mesma forma, a Constituição Estadual dispõe no parágrafo primeiro do artigo 162: “É da competência Exclusiva do Prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira e orçamentaria.”

Ora, é inegável que qualquer disposição referente à incidência de tributo constitui matéria financeira, com a emenda ferindo, portanto, a constituição da Republica, a Constituição Federal e a lei Complementar número 3.

02 - Acresce ainda que o parágrafo em questão prejudica o interesse publico, na medida em que, ampliando a faixa de isenção da taxa de localização e funcionamento, já consagrada para as microempresas no âmbito municipal, importa numa forma parcial de não incidência no mencionado tributo.

Ora, o resultado disso, é a queda de arrecadação e a correspondente carência de recursos para o enfrentamento das reivindicações populares de obras e serviços.

Além do mais, introduz em matéria tributaria local critérios estranhos de referencias, quais sejam os conceitos de microempresa na área federal ou estadual. Pouquíssimas empresas restariam como contribuintes dessa taxa. Em Divinópolis o número se restringiria quase que certamente a menos de uma dezena.

O parágrafo primeiro, objeto do presente veto, é portanto inconstitucional e muito rigorosamente contrario ao interesse público.

Divinópolis, 20 de abril de 1988.

Aristides Salgado dos Santos – Prefeito Municipal.

Veto Parcial mantido pelo Legislativo Municipal
Projeto de Lei EM-062/1987

Lei publicada no Jornal A Semana nº 87 – 30.04.88